

01-06

CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO

ASSESSORIA TECNICA DA MESA - A.T.M.

SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI

01-0614/2003 DE 2003

MATERIA LEGISLATIVA: PL

01-0614/2003 DE 24/09/03

PROMOVENTE: VEREADOR

MANOEL CRUZ

E M E N T A:

"DISPÕE SOBRE COMERCIALIZAÇÃO, ARMAZENAGEM E TRANSPORTE DE ÁGUA MINERAL NATURAL E ÁGUA NATURAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO."

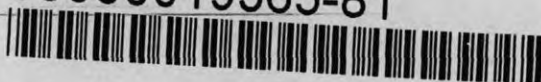
OBSERVAÇÕES:

Lei nº 13.721

de 09/01/2004

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
04/11/2010 17:47:49

00000019365-81



ARQUIVADO EM 22/01/2004

Viviane

VIVIANE FERREIRA PÓ

Supervisora

SGP-33



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Gabinete do Vereador Manoel Cruz

Líder do PRONA

Projeto de Lei nº

01 - PL
01-0614/2003

HOJE 24 SET 2003

AS COMISSÕES DE

Constituição e Justiça

Trabalho, Transportes e Comunicações

Assuntos Sociais e Trabalho

Finanças e Orçamento

P S I N T E

Dispõe sobre comercialização, armazenagem e transporte de água mineral natural e água natural no Município de São Paulo

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DECRETA

Art 1º. Os estabelecimentos que comercializam, armazenam ou realizam o transporte de água mineral natural e água natural devem, obrigatoriamente, manter afixado ou apresentar, quando solicitado, cópia do Laudo que ateste a qualidade físico-química e microbiológica da água, elaborado por laboratório credenciado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM.

Art 2º. Ficam proibidos:

água natural em:

Parágrafo I - a comercialização de água mineral natural e

- a) postos de gasolina;
- b) depósitos ou distribuição de gás;
- c) borracharias;
- d) oficinas mecânicas;

Parágrafo II - a armazenagem de galões retornáveis plásticos, cheios ou vazios, de água mineral natural e de água natural, bem como a armazenagem destas águas em qualquer outra embalagem, principalmente

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO
VOLTA À 2ª DISCUSSÃO

18 NOV 2003

PRESIDENTE

APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO
A SANÇÃO

27 NOV 2003

Seção de Publicação e
Edição de Anais - DT-1

24 SET 2003

APR 25 1964

1950-1951

Journal of Management Studies, 19(6), 709-728.

1. The first step in the process of the investigation is the identification of the problem. This is done by the investigator who is responsible for the study. The investigator must first identify the problem that is being studied. This is done by the investigator who is responsible for the study. The investigator must first identify the problem that is being studied.

1. *Chrysomelidae* 2. *Curculionidae* 3. *Chrysomelidae* 4. *Chrysomelidae* 5. *Chrysomelidae* 6. *Chrysomelidae* 7. *Chrysomelidae* 8. *Chrysomelidae* 9. *Chrysomelidae* 10. *Chrysomelidae* 11. *Chrysomelidae* 12. *Chrysomelidae* 13. *Chrysomelidae* 14. *Chrysomelidae* 15. *Chrysomelidae* 16. *Chrysomelidae* 17. *Chrysomelidae* 18. *Chrysomelidae* 19. *Chrysomelidae* 20. *Chrysomelidae* 21. *Chrysomelidae* 22. *Chrysomelidae* 23. *Chrysomelidae* 24. *Chrysomelidae* 25. *Chrysomelidae* 26. *Chrysomelidae* 27. *Chrysomelidae* 28. *Chrysomelidae* 29. *Chrysomelidae* 30. *Chrysomelidae* 31. *Chrysomelidae* 32. *Chrysomelidae* 33. *Chrysomelidae* 34. *Chrysomelidae* 35. *Chrysomelidae* 36. *Chrysomelidae* 37. *Chrysomelidae* 38. *Chrysomelidae* 39. *Chrysomelidae* 40. *Chrysomelidae* 41. *Chrysomelidae* 42. *Chrysomelidae* 43. *Chrysomelidae* 44. *Chrysomelidae* 45. *Chrysomelidae* 46. *Chrysomelidae* 47. *Chrysomelidae* 48. *Chrysomelidae* 49. *Chrysomelidae* 50. *Chrysomelidae* 51. *Chrysomelidae* 52. *Chrysomelidae* 53. *Chrysomelidae* 54. *Chrysomelidae* 55. *Chrysomelidae* 56. *Chrysomelidae* 57. *Chrysomelidae* 58. *Chrysomelidae* 59. *Chrysomelidae* 60. *Chrysomelidae* 61. *Chrysomelidae* 62. *Chrysomelidae* 63. *Chrysomelidae* 64. *Chrysomelidae* 65. *Chrysomelidae* 66. *Chrysomelidae* 67. *Chrysomelidae* 68. *Chrysomelidae* 69. *Chrysomelidae* 70. *Chrysomelidae* 71. *Chrysomelidae* 72. *Chrysomelidae* 73. *Chrysomelidae* 74. *Chrysomelidae* 75. *Chrysomelidae* 76. *Chrysomelidae* 77. *Chrysomelidae* 78. *Chrysomelidae* 79. *Chrysomelidae* 80. *Chrysomelidae* 81. *Chrysomelidae* 82. *Chrysomelidae* 83. *Chrysomelidae* 84. *Chrysomelidae* 85. *Chrysomelidae* 86. *Chrysomelidae* 87. *Chrysomelidae* 88. *Chrysomelidae* 89. *Chrysomelidae* 90. *Chrysomelidae* 91. *Chrysomelidae* 92. *Chrysomelidae* 93. *Chrysomelidae* 94. *Chrysomelidae* 95. *Chrysomelidae* 96. *Chrysomelidae* 97. *Chrysomelidae* 98. *Chrysomelidae* 99. *Chrysomelidae* 100. *Chrysomelidae*

[Faint handwritten notes at bottom]

1. *Chlorophyll a* and *Chlorophyll b* were determined by the method of Lichtenthaler and Whistler (1972).

the 1990s, the number of people in the world who are undernourished has declined by 100 million, and the number of people who are malnourished has declined by 200 million. The number of people who are undernourished has declined by 100 million, and the number of people who are malnourished has declined by 200 million.

1. *Chlorophyll a* and *Chlorophyll b* were determined by the method of Arar and Collins (1971).

[illegible]

Registro 100.406



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Gabinete do Vereador Manoel Cruz

Líder do PRONA

- a) em áreas abertas;
- b) em áreas que permitam a passagem de umidade e/ou poeira;
- c) em áreas fechadas sem ventilação;
- d) junto a produtos tóxicos e de materiais de limpeza;
- e) em pisos rústicos e/ou em chão batido
- f) exposto a luz solar direta.

Parágrafo III - o transporte de galões cheios ou vazios de água mineral natural e de água natural, bem como o transporte destas águas em qualquer outra embalagem, em veículos de carroceria aberta, sem lonas e forrações impermeáveis ou com evidência de insetos, roedores, pássaros, pragas, vazamentos, umidade, materiais estranhos e odores intensos, ou ainda juntamente com:

- a) animais;
- b) plantas;
- c) materiais de limpeza;
- d) cargas tóxicas;
- e) gás de cozinha.

Art 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento vigente, e suplementadas se necessário.

Art 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario

Sala das Sessões .

Manoel Cruz
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

**Gabinete do Vereador Manoel Cruz
Líder do PRONA**

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei justifica-se devido a preocupação com a qualidade da água vendida no município de São Paulo. Portanto o local de armazenagem da água é de fundamental importância para a garantia da qualidade do produto, pois apesar da garantia da fabricação a contaminação poderá ser pelo transporte ou armazenamento impróprio.

Os postos de gasolina, depósitos de gás e borracharias ou oficinas mecânicas, mesmo que disponham de lojas de conveniência, não dispõem de depósito próprio para a armazenagem, portanto estes recipientes ficam em depósitos junto com outros produtos com potencial grande de contaminação e são manipulados sem a devida higiene.

Por ser difícil a inspeção de cada um destes locais para averiguação de qualidade de seu depósito e do local de armazenamento da água é que decidimos pela proibição da venda nestes locais específicos para evitar a contaminação da água.

**Manoel Cruz
Vereador
Líder do Prona**



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha n° 24

do processo n° 01-614 de 2003 07 10 03 (a) 24

Adelina Cicone Battochio
Assistente Parlamentar
RF 100406

Ao Senhor Assessor Chefe:
Sobre o assunto consta
PL 33/98, 52/98, 483/99, 674/01, 14/00, ANDAMENTO
LEI 13.095/00
EM 07/10/03


INÁCIO VEIGA
Of. Legislativo-RF. 11.132 na
Coordenação do Setor Administrativo
ATM

À Com. de Const. e Justiça
14 / 10 / 03
 BRENO GANDELMAN Assessor Tcn. Leg. C. 11.130 ATM

Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça
Em 14/10/03 às 14h

Carlos Roberto da Silva
Secretário
11.130

Ao Nobre Vereador LAURANDO
para relatar

Sala da Comissão de Constituição e Justiça
Em 27 de outubro de 2003

[Assinatura]
Presidente

S E G U E juntado nesta data, documento e papel para Informação, rubricado

sob folha nº

Em/...../.....

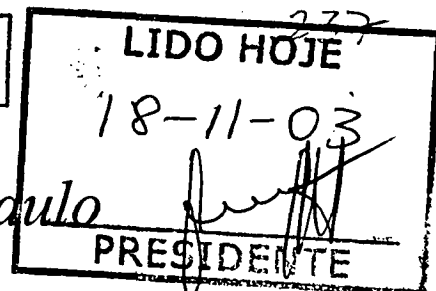
(a)



Folhaº 5 do proc.
nº 614 n.º de 2003

Eva Pordiski
Assistente Parlamentar
RF 100.453

Câmara Municipal de São Paulo



PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES REUNIDAS SOBRE O PROJETO DE LEI Nº

634/03

Trata-se de projeto de lei, de autoria do Nobre Vereador
Manoel Cruz.

Sob o aspecto jurídico, a matéria ampara-se nos artigos 13, I e 37, "caput", da Lei Orgânica do Município.

Opina-se, portanto,

PELA LEGALIDADE.

No mérito, as comissões designadas nada têm a opor quanto ao teor da propositura, uma vez que reconhecem a importância do projeto para o Município de São Paulo.

O parecer, portanto, é

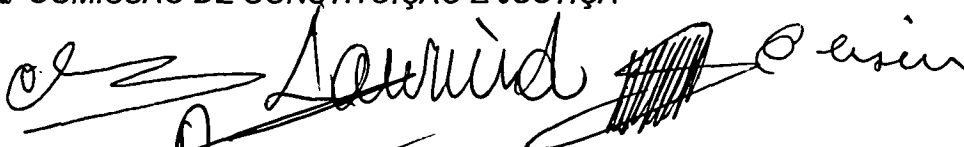
FAVORÁVEL.

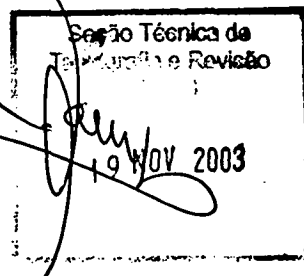
Quanto aos aspectos financeiros, a Comissão de Finanças e Orçamento nada têm a opor, uma vez que as despesas correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

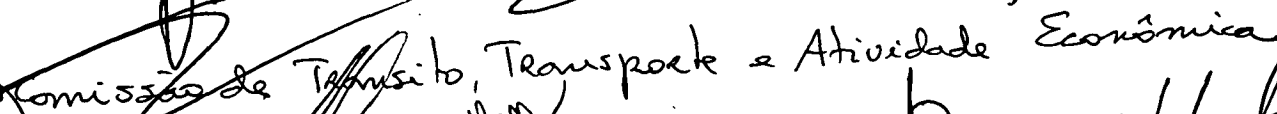
Face ao exposto, o parecer, é

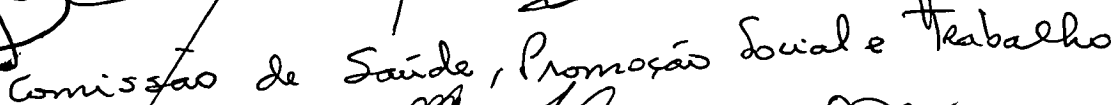
FAVORÁVEL

1 COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

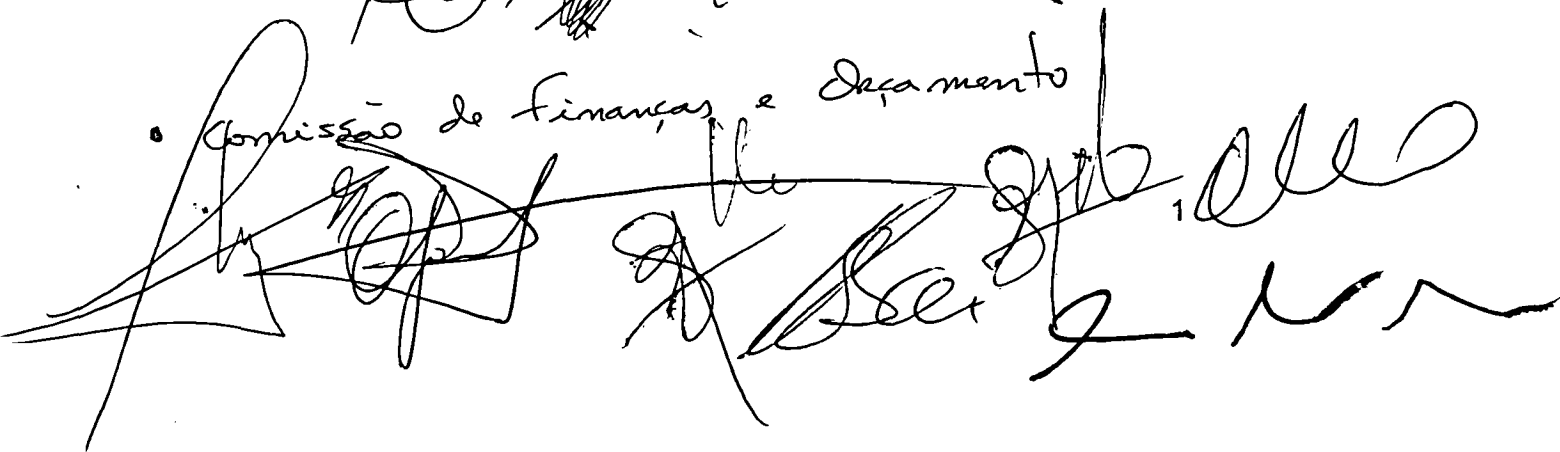





Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica


Comissão de Saúde, Promoção Social e Trabalho


Comissão de Finanças e Orçamento





Câmara Municipal de São Paulo

DEPARTAMENTO TÉCNICO DE TAQUIGRAFIA DT-10

Rod.: 01 Folha:121

Taq.: Denise

Sessão: 342-SE

Orador: Pres.

Data: 18-11-03

Sem Revisão da Taquigrafia

PL 614/03, do Vereador Manoel Cruz (PRONA). Dispõe sobre comercialização, armazenagem e transporte de água mineral natural e água natural no Município de São Paulo. Fase da discussão: 1ª Aprovação mediante voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto - PT) - Peço ao Sr. Secretário que proceda à leitura do Parecer.

-É lido o seguinte:

(Parecer favorável das Com: Justiça; Econômica; Saúde e Finanças...)

O SR. PRESIDENTE (Arselino Tatto - PT) - Não há mais oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos. Os Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora. (Pausa) Aprovado.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha n°

7

do processo n° 01-614 de 20 03 03, 12, 2003

(a)

[Signature]
Eva Podolski
Assistente Parlamentar
RF. 100.453

À ATM

Sr. Assessor Chefe:

Tendo em vista que as Notas Taquigráficas da aprovação do presente projeto, não ficaram prontas até a presente data e que corre prazo para a futura Carta de Lei, comunico-lhe que deixei de anexá-las conforme o rotineiro. " "

[Signature]
Eva Podolski
Assistente Parlamentar
RF. 100.453

À Leg.3

Senhora Chefe:

O presente projeto foi aprovado em 2ª discussão e votação na 350ª Sessão Extraordinária, realizada em 27/11/03, estando em condições de ser encaminhado à sanção.

03.12.2003

[Signature]
BRENO GANDELMAN
Assessor Téc. Legislativo
ATM

RECEBIDO EM LEG.3

EM 08/12/03

AS 20:00 h.

[Signature]

Sra. Rosmari,

Oficiar ao Executivo encaminhando cópia autêntica, preparar carta de lei e registro.

Em, 09/12/2003.


ANGELA BORDIN ANDREONI
Chefe de Seção Técnica IV

Sra. Chefe,

Providenciado conforme determinado por V.Sa.

Em, 09/12/2003.


ROSMARI CURY ALVES DOS SANTOS
Assistente de Chefe Técnica

SE G U E juntado nesta data, documento e papel para informação, rubricado
sob folha nº 08 n 14

Em 13 / 01 / 04

(a)
ORELIA ROSIMENDES
Assistente de Chefe Técnica



Folha nº	08	de proc.
nº	01-614	de
03		

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

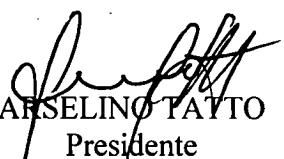
São Paulo, 20 de dezembro de 2003.

18 - OF-LEG3
OFICIO N. 0769/2003

Senhora Prefeita,

Encaminho a Vossa Excelência cópia autêntica da lei decretada pela Câmara em sessão de 27 de novembro do corrente, relativa ao Projeto de Lei nº 614/03, de autoria do Vereador Manoel Cruz, que dispõe sobre comercialização, armazenagem e transporte de água mineral natural e água natural no Município de São Paulo.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.


ARSELINO TATTO
Presidente

A Sua Excelência a Senhora
Doutora Marta Suplicy
Digníssima Prefeita do Município de São Paulo.

 ÁBA/rcas



18 - OF-LEG3
OFICIO N. 0769/2003

Folha nº 09	do proc.
nº 01-614	de 03
OBLATO RODRIGUES	

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

-----Cópia autêntica. LEI DECRETADA NA SESSÃO DE 27 DE NOVEMBRO DE 2003. Cópia extraída de fls. nºs 01/02 do Processo. (PROJETO DE LEI Nº 614/2003). (Ver. Manoel Cruz – PRONA). Dispõe sobre comercialização, armazenagem e transporte de água mineral natural e água natural no Município de São Paulo. A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO decreta: Art. 1º - Os estabelecimentos que comercializam, armazenam ou realizam o transporte de água mineral natural e água natural devem, obrigatoriamente, manter afixado ou apresentar, quando solicitado, cópia do laudo que ateste a qualidade físico-química e microbiológica da água, elaborado por laboratório credenciado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM. Art. 2º - Ficam proibidos: I - a comercialização de água mineral natural e água natural em: a) postos de gasolina; b) depósitos ou distribuição de gás; c) borracharias; d) oficinas mecânicas; II - a armazenagem de galões retornáveis ou não, cheios ou vazios, de água mineral natural e de água natural, bem como a armazenagem destas águas em qualquer outra embalagem, principalmente: a) em áreas abertas; b) em áreas que permitam a passagem de umidade e/ou poeira; c) em áreas fechadas sem ventilação; d) junto a produtos tóxicos e de materiais de limpeza; e) em pisos rústicos e/ou em chão batido; f) exposto à luz solar direta; III - o transporte de galões cheios ou vazios de água mineral natural e de água natural, bem como o transporte destas águas em qualquer outra embalagem, em veículos de carroceria aberta, sem lonas e forrações impermeáveis ou com evidência de insetos, roedores, pássaros, pragas, vazamentos, umidade, materiais estranhos e odores intensos, ou ainda juntamente com: a) animais; b) plantas; c) materiais de limpeza; d) cargas tóxicas; e) gás de cozinha. Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias,

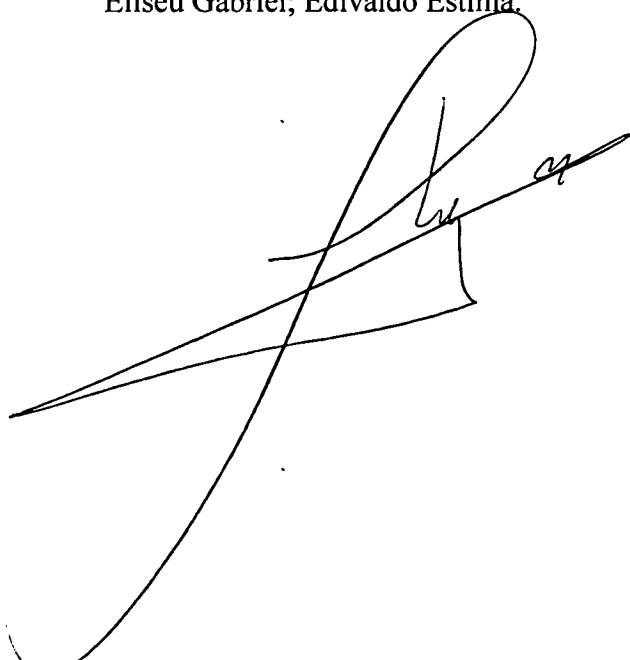


Folha nº 10 de 10
nº 01-618 de 03

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

consignadas no orçamento vigente, e suplementadas se necessário. Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Eu, ~~Paula Kawase~~ ^{Paula Kawase} Oficial Legislativo, padrão "QPA-09-B" extraí a presente cópia fielmente de fls. do livro competente nº 55 e digitei. Eu, ~~Rosmari Alves dos Santos~~ ^{Rosmari Alves dos Santos} Assistente de Chefia Técnica, padrão "QPA-10-C" a conferi. São Paulo, 09 de dezembro de 2003. Chefe da Seção Técnica de Preparo e Registro de Documentos Legislativos, ~~ANGELA BORDIN ANDREONI~~ ^{ANGELA BORDIN ANDREONI} Visto, ~~Luis Fernando Paz de Araújo~~ ^{Luis Fernando Paz de Araújo} Diretor do Departamento dos Serviços Legislativos da Câmara Municipal de São Paulo.-

aa) Arselino Tatto; Jooji Hato; Cláudio Fonseca; Celso Cardoso; Myryam Athie; Eliseu Gabriel; Edivaldo Estima.


ABA/rcas





Folha nº 11	do proc.
nº 01-64	de 03
ORLANDO KOGIMENDES	
Assessor de Câmara Técnica	

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

LEI Nº 13.721 DE 09 DE ABRIL DE 2003.

Dispõe sobre comercialização, armazenagem e transporte de água mineral natural e água natural no Município de São Paulo.

Faço saber que a Câmara, em sessão de 27 de novembro de 2003, decretou a seguinte lei:

Art. 1º - Os estabelecimentos que comercializam, armazenam ou realizam o transporte de água mineral natural e água natural devem, obrigatoriamente, manter afixado ou apresentar, quando solicitado, cópia do laudo que ateste a qualidade físico-química e microbiológica da água, elaborado por laboratório credenciado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM.

Art. 2º - Ficam proibidos:

I - a comercialização de água mineral natural e água natural em:

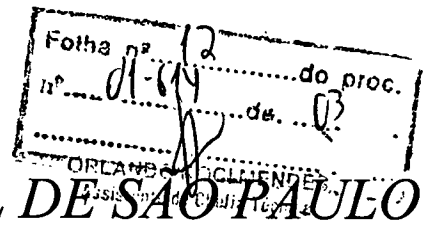
- a) postos de gasolina;
- b) depósitos ou distribuição de gás;
- c) borracharias;
- d) oficinas mecânicas;

II - a armazenagem de galões retornáveis ou não, cheios ou vazios, de água mineral natural e de água natural, bem como a armazenagem destas águas em qualquer outra embalagem, principalmente:

- a) em áreas abertas;
- b) em áreas que permitam a passagem de umidade e/ou poeira;
- c) em áreas fechadas sem ventilação;
- d) junto a produtos tóxicos e de materiais de limpeza;
- e) em pisos rústicos e/ou em chão batido;
- f) exposto à luz solar direta;

III - o transporte de galões cheios ou vazios de água mineral natural e de água natural, bem como o transporte destas águas em qualquer outra embalagem, em veículos de carroceria aberta, sem lonas e forrações impermeáveis ou com evidência de insetos, roedores, pássaros, pragas, vazamentos, umidade, materiais estranhos e odores intensos, ou ainda juntamente com:

- a) animais;
- b) plantas;
- c) materiais de limpeza;
- d) cargas tóxicas;
- e) gás de cozinha.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento vigente, e suplementadas se necessário.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de São Paulo, 09 de dezembro de 2003.

O Presidente,

ABA/rcas



13
01-614
03
GOMES
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

São Paulo, 10 de dezembro de 2003.

Recebi ofício Leg. 3 nº 769, de 10/12/03,
encaminhando ao Executivo cópia autêntica de lei decretada pela Câmara, relativa ao
Projeto de Lei nº 614/03, de autoria do Ver. Manoel Cruz.

RECEBIDO
SGM/ATL

15/12/03

MARLENE GIMENES GIRALDES
ATL-SGM



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha n°

do processo n°

01-614

de 20

03; 13

01

04

(a)

ORLANDO RODRIGUES
Assistente de Chafia Técnica

LEI N° 13.721, DE 9 DE JANEIRO DE 2004

(Projeto de Lei n° 614/2003, do Vereador Manoel Cruz - PRONA)

Dispõe sobre comercialização, armazenagem e transporte de água mineral natural e água natural no Município de São Paulo.

MARTA SUPLICY, Prefeita do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 27 de novembro de 2003, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1° - Os estabelecimentos que comercializam, armazenam ou realizam o transporte de água mineral natural e água natural devem, obrigatoriamente, manter afixado ou apresentar, quando solicitado, cópia do laudo que ateste a qualidade físico-química e microbiológica da água, elaborado por laboratório credenciado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM.

Art. 2° - Ficam proibidos:

I - a comercialização de água mineral natural e água natural em:

- a) postos de gasolina;
- b) depósitos ou distribuição de gás;
- c) borracharias;
- d) oficinas mecânicas;

II - a armazenagem de galões retornáveis ou não, cheios ou vazios, de água mineral natural e de água natural, bem como a armazenagem destas águas em qualquer outra embalagem, principalmente:

- a) em áreas abertas;
- b) em áreas que permitam a passagem de umidade e/ou poeira;
- c) em áreas fechadas sem ventilação;
- d) junto a produtos tóxicos e de materiais de limpeza;

- e) em pisos rústicos e/ou em chão batido;
- f) exposto à luz solar direta;

III - o transporte de galões cheios ou vazios de água mineral natural e de água natural, bem como o transporte destas águas em qualquer outra embalagem, em veículos de carroceria aberta, sem lonas e forrações impermeáveis ou com evidência de insetos, roedores, pássaros, pragas, vazamentos, umidade, materiais estranhos e odores intensos, ou ainda juntamente com:

- a) animais;
- b) plantas;
- c) materiais de limpeza;
- d) cargas tóxicas;
- e) gás de cozinha.

Art. 3° - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento vigente, e suplementadas se necessário.

Art. 4° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 9 de janeiro de 2004, 450° da fundação de São Paulo.

MARTA SUPLICY, PREFEITA

LUIZ TARCISIO TEIXEIRA FERREIRA, Secretário dos Negócios Jurídicos

LUÍS CARLOS FERNANDES AFONSO, Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico

GONZALO VECINA NETO, Secretário Municipal da Saúde
Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 9 de janeiro de 2004.

UBIRATAN DE PAULA SANTOS, Secretário do Governo Municipal - Substituto

Publicado no DIÁRIO OFICIAL

do 10 / 01 / 2004

pagina 01 volume 02/03

Conferido:

À
SGP-33 - Senhora Supervisora,
Para arquivamento.

13/01/04

Presente
JOSÉ CRISTINO SCUZA SANTOS
Supervisor de Finalização do Proc. Legislativo

DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO SEÇÃO TÉCNICA DE ARQUIVO	
Proc. encerrado cl	<u>14</u> fls.
Arquivo em	<u>22/01/2004</u>
O Func.º	<u>LINA ANGELICA MARIA GUIMARAES</u>
Documentalista - RF 100.927	

S E G U E juntado nesta data, documento e papel para Informação, rubricado
sob folha nº

Em/...../.....

(a)